

## O processo de organização intratópica em cartas de leitor de jornais paulistas do século XXI

The intratopic organization of reader's letters published in newspapers of the State of São Paulo in the 21<sup>st</sup> century

Eduardo Penhavel<sup>1</sup>  
Gabriela Andrade de Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** A organização tópica é a organização de um texto em tópicos hierarquicamente inter-relacionados e a construção e a linearização de grupos de enunciados que desenvolvem esses tópicos. Chama-se de *segmento tópico mínimo* (SegT mínimo) cada grupo de enunciados que desenvolve um dos tópicos mais específicos da hierarquização tópica de um texto, e a combinação de (grupos de) enunciados dentro de SegTs mínimos constitui o processo denominado de *organização intratópica*. O objetivo deste trabalho é analisar a organização intratópica de cartas de leitor publicadas em jornais paulistas no século XXI. O quadro teórico adotado é o da Gramática Textual-Interativa, e o material de análise é constituído pelo total de 250 cartas, extraídas dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. Os resultados indicam que parte considerável dessas cartas segue uma regra geral de organização intratópica que prediz a construção de SegTs mínimos mediante o encadeamento potencial das unidades de Introdução, Posição, Suporte, Interpelação e Desfecho, nessa ordem sequencial, sendo cada unidade caracterizada em termos da função que exerce no desenvolvimento do tópico do SegT mínimo.

**Palavras-chave:** Organização Tópica. Tópico Discursivo. Processos de Construção Textual.

**Abstract:** Topic organization is the organization of a text into hierarchically inter-related topics and the construction and linear sequencing of groups of utterances that develop these topics. Each group of utterances that develops one of the most specific topics of a text is called *minimal topic segment*. The combination of (groups of) utterances inside minimal topic segments constitutes the process of *intratopic organization*. This paper analyzes the intratopic organization of reader's letters published in newspapers of the State of São Paulo in the 21<sup>st</sup> century. The theoretical framework is Textual-Interactive Grammar, and the corpus is formed by the amount of 250 letters selected from the newspapers *O Estado de S. Paulo* and *Folha de S. Paulo*. The results indicate that a significant percentage of these letters follow a general rule of intratopic organization, which predicts the construction of minimal topic segments through the potential sequencing of five units, named *Introduction*, *Position*, *Support*, *Interpellation* and *Conclusion*. Each of these units is characterized in terms of the function it plays in the development of the minimal topic segment.

**Keywords:** Topic Organization. Discourse Topic. Processes of Text Construction.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociência, Letras e Ciências Exatas, Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, São José do Rio Preto, SP, Brasil. Endereço eletrônico: [eduardo.penhavel@unesp.br](mailto:eduardo.penhavel@unesp.br).

<sup>2</sup> Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociência, Letras e Ciências Exatas, Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, São José do Rio Preto, SP, Brasil. Endereço eletrônico: [gabriela-andrade.oliveira@unesp.br](mailto:gabriela-andrade.oliveira@unesp.br).

## Considerações Iniciais

Este trabalho insere-se no âmbito da Gramática Textual-Interativa (doravante GTI – cf. JUBRAN; KOCH, 2006; JUBRAN, 2007), quadro teórico-metodológico que assume o texto como objeto de estudo, investigando processos de construção textual e expressões linguísticas que os gerenciam. Os processos estudados pela GTI compreendem a *organização tópica*, a *referenciação*, o *parafraseamento*, a *parentetização*, a *repetição* e a *correção*, e as expressões linguísticas que os gerenciam constituem os chamados *marcadores discursivos*.

Abordamos aqui a organização tópica, processo central de construção do texto na ótica da GTI. Trata-se da organização do texto em partes e subpartes, em termos de estruturação temática, o que compreende três processos particulares: a configuração do texto conforme uma rede de tópicos hierarquicamente inter-relacionados, a construção de grupos de enunciados que desenvolvem esses tópicos e a articulação linear entres esses grupos de enunciados.

Os grupos de enunciados que desenvolvem os tópicos são chamados de *segmentos tópicos* (SegTs) – os grupos que desenvolvem os tópicos mais específicos da hierarquização tópica são chamados de *SegTs mínimos*. São distinguidos dois níveis de organização tópica: (i) a *organização intertópica*, que compreende o relacionamento *entre* tópicos e *entre* seus respectivos SegTs – inclusive entre SegTs mínimos; (ii) a *organização intratópica*, que é a combinação de (grupos de) enunciados *dentro* de SegTs mínimos.

Focalizando esse segundo nível, abordamos aqui o processo de organização intratópica em um conjunto de cartas de leitor de jornais paulistas do século XXI. Nosso objetivo é demonstrar a existência de uma regra geral de organização intratópica nessas cartas e descrever o funcionamento dessa regra.

O texto em (1) mostra uma das cartas do nosso material de análise, a qual desenvolve um único tópico (*O acordo ortográfico e a opinião de Gregório Duvivier a respeito*), contendo, pois, um único SegT mínimo (que coincide com a própria carta inteira):

- (1) Oportuno o texto de Gregório Duvivier (“Que ódio”, “Ilustrada”, 1º/6). A reforma ortográfica é uma violência leso-idioma, pois fere a essência de se escrever o que se fala e vice-versa. O trema não é acento, mas apoio fundamental para a pronúncia da letra “u” em situações de “que”, “qui”, “gue” e “gui”. É recomendável o cancelamento do decreto. O idioma agradece.

Folha de S. Paulo, 03/06/2015.

As atividades de pesquisa que originaram este artigo integram simultaneamente dois programas de investigação: (i) a análise do processo de organização intratópica; (ii) o estudo histórico do português brasileiro. O primeiro deles é proposto por Penhavel (2010), que formula a hipótese de que a organização intratópica seria um processo estruturalmente sistemático,

passível de descrição em termos de regras gerais. Segundo essa hipótese, cada gênero textual (ou modalidade de gênero) seguiria uma determinada regra. Com base nessa perspectiva, o autor propõe um programa de pesquisa voltado para a análise da organização intratópica em diferentes gêneros, com o objetivo de investigar tal hipótese e, no caso de sua confirmação, identificar um rol de regras de organização intratópica usadas na construção de textos.

O presente artigo insere-se nesse contexto de investigação. Ao demonstrar a existência de uma regra geral nas cartas de leitor analisadas, esperamos contribuir para a corroboração da hipótese da sistematicidade da organização intratópica e para o empreendimento da identificação de diferentes regras gerais que norteiam esse processo.

Ao mesmo tempo, este trabalho integra o “Projeto para a História do Português Brasileiro” (PHPB – cf. CASTILHO, 1998). Esse projeto compreende a análise da diacronia de diversos fenômenos linguísticos do português, conforme seu desenvolvimento em diferentes estados do país, abarcando, assim, dentre outros, o “Projeto de História do Português Paulista” (PHPP – cf. ALMEIDA, 2017). No âmbito de ambos os projetos, vêm sendo desenvolvidas pesquisas sobre a diacronia de processos de construção textual. Em tais pesquisas, a diacronia de um dado processo é sempre examinada como parte da evolução histórica de determinado gênero textual. Essa frente de investigação inclui, no domínio particular do PHPP, o *estudo da diacronia da organização tópica na esfera da história de cartas de leitor de jornais paulistas*.

Nosso trabalho filia-se a esse estudo, focalizando o funcionamento de um dos níveis da organização tópica, em cartas de leitor paulistas publicadas em um dado recorte sincrônico. O propósito é oferecer resultados que possam ser comparados aos de trabalhos sobre outras sincronias, contribuindo para a descrição da diacronia da organização tópica em cartas de leitor e, enfim, para o traçado da história do português paulista e do português brasileiro.

No que segue, sintetizamos os fundamentos teórico-metodológicos do trabalho, apresentamos, em seguida, a análise de dados e, por fim, elaboramos as considerações finais.

### **Fundamentos teórico-metodológicos**

A GTI constitui uma vertente da Linguística Textual. Trata-se de um quadro teórico-metodológico que, conforme explica Jubran (2006a, 2007), assume a linguagem verbal como uma forma de interação social, pela qual interlocutores realizam tarefas comunicativas de troca de representações, executam metas, manipulam interesses, no contexto de um espaço discursivo sempre orientado para os parceiros da comunicação, isto é, num contexto em que os interlocutores se situam reciprocamente, em função de suas visões mútuas sobre papéis sociais, conhecimentos de mundo, atitudes, propósitos e reações assumidas no intercâmbio linguístico.

Alinhada a essa visão dialógica de linguagem, a GTI concebe o texto, seu objeto de estudo, como uma combinação de enunciados interacionalmente significativa, um complexo de enunciados cujo processamento (construção e interpretação) constitui uma “atividade sócio-comunicativa, que mobiliza um conjunto de conhecimentos não só de ordem lingüístico-textual, como também interacional, a respeito do jogo de atuação comunicativa que se realiza pela linguagem” (JUBRAN, 2007, p. 313).

Como desdobramento das noções de língua e de texto que assume, a GTI estabelece uma série de princípios teórico-metodológicos para o estudo do texto, especificamente para o estudo de *processos de construção textual*. Um primeiro princípio é o de que os processos textuais têm suas propriedades e funções definidas no uso, nas situações concretas de interlocução. Trata-se da visão de que o funcionamento específico e completo desses processos depende do contexto particular em que ocorrem. Na mesma direção, assume-se que o funcionamento dos processos textuais está associado aos gêneros, já que os gêneros congregam as ações particulares realizadas por meio de textos, e os processos textuais se configurariam, especificamente, em função das ações realizadas pelos textos em que ocorrem. Assim, prevê-se que cada estudo de um dado processo seja sempre situado no contexto de um gênero textual.

Um segundo princípio norteador da GTI é a compreensão de que os fatores interacionais envolvidos no intercâmbio verbal são constitutivos do texto e inerentes à expressão linguística. De acordo com tal princípio, a superfície textual exhibe marcas da atividade enunciativa, tornando possível ao analista, pela observação dessas marcas, a apreensão de regularidades do processo de construção textual. Segundo Jubran (2007, p. 316):

A GTI deve [...] apontar regularidades relacionadas ao processamento dos procedimentos de elaboração do texto, aferindo o caráter sistemático deles pela sua recorrência em contextos definidos, pelas marcas formais que os caracterizam e pelo preenchimento de funções textual-interativas proeminentes que os especificam.

Nesse sentido, nosso método para identificar unidades constituintes de SegTs mínimos considera, dentre outros fatores, a recorrência de tipos iguais de (sub)unidades em partes correspondentes de diferentes SegTs, a presença de marcas formais (como o uso de marcadores discursivos) nas transições entre possíveis (sub)unidades e as funções que essas possíveis (sub)unidades desempenham no desenvolvimento do SegT.

Ainda ao tratar da apreensão de regularidades na construção textual, Jubran (2007, p. 316) ressalta a necessidade de se contabilizar, na análise linguística, fatores responsáveis não só pelo “caráter determinístico (restrições)”, mas também pelo caráter “probabilístico (escolhas

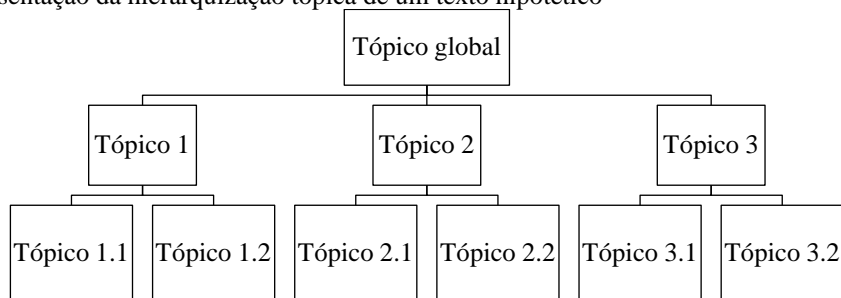
facultadas ao falante)” das expressões produzidas na fala. Em nossa concepção de *regras gerais de organização intratópica*, pressupomos esse caráter probabilístico dos traços dos processos textuais, concebendo-as como princípios que se aplicam não necessariamente em todas as instâncias de organização intratópica, mas, pelo menos, na maioria delas.

Tomando esses princípios como parte de sua base teórico-metodológica (junto a outros, não diretamente relevantes para este trabalho), a GTI assume o texto como objeto de estudo, dedicando-se à análise de processos de construção textual, dentre os quais a organização tópica.

Na GTI, o conceito de *tópico* (similar às noções de *tema*, *assunto*) assenta-se na ideia de que, em um texto, além de cada ato de referência individual realizado por cada expressão referencial materialmente presente nos enunciados, todos os enunciados, de alguma forma, remetem a um mesmo referente (no sentido de *objeto de discurso*) geral, reconhecível por uma abstração interpretativa dos interlocutores (e do analista). Esse referente comum e geral constitui o que se considera como o tópico do texto. Similarmente, os enunciados do texto podem dividir-se em grupos, de modo que os enunciados de cada grupo compartilhem também um referente geral – o tópico desse grupo. Ou seja, na GTI, um tópico pode ser entendido como um referente geral, comum a um grupo de enunciados.

A partir dessa visão, o processo de organização tópica é concebido como a estruturação do texto em (sub)partes tópicas. Caracteriza-se por duas propriedades: *organicidade* e *centração* (cf. JUBRAN, 2006b; PINHEIRO, 2005). A primeira compreende os processos de *hierarquização* e *linearização*. A hierarquização é a configuração do texto conforme uma rede de tópicos hierarquicamente inter-relacionados. A Figura 1, aqui elaborada com base em Jubran (2006b), ilustra o processo de hierarquização, pela representação de um texto hipotético composto por um tópico global, que abrangeria três tópicos mais específicos, cada um dos quais constituído por dois tópicos ainda mais específicos:

Figura 1 - Representação da hierarquização tópica de um texto hipotético



Fonte: autoria própria.

A linearização diz respeito ao estabelecimento da ordenação sequencial em que os tópicos são expressos no texto, bem como à expressão de tópicos em termos de *continuidade* (quando um novo tópico passa a ser desenvolvido apenas após o término do anterior) ou *descontinuidade* (quando há, por exemplo, o processo de inserção da expressão de um tópico no decorrer do desenvolvimento de outro).

Já a *centração* refere-se à construção de grupos de enunciados que desenvolvem os tópicos do texto. Especificamente, é a propriedade que um texto apresenta de conter, para cada tópico, um conjunto de enunciados semanticamente concernentes entre si e que focalizam esse tópico num dado segmento textual. Engloba, assim, três traços que, com base em Jubran (2006b), podem ser assim entendidos: (i) *concernência*: relação de interdependência semântica entre um conjunto de enunciados – implicativa, associativa, exemplificativa, ou de outra ordem; (ii) *relevância*: convergência desses enunciados para a focalização de um tópico comum; (iii) *pontualização*: reunião desses enunciados num momento particular do texto.

Cada grupo de enunciados que desenvolve um tópico constitui uma instância da unidade chamada de *SegT*, e os menores *SegTs* de um texto constituem os *SegTs mínimos* – considerando o texto hipotético cuja hierarquização estaria representada na Figura 1, os *SegTs mínimos* seriam as porções desse texto que desenvolveriam os tópicos 1.1, 1.2, 2.1, 2.2, 3.1 e 3.2. Conforme mencionado, são distinguidos dois níveis de organização tópica: (i) o *intertópico*, que é o relacionamento entre tópicos e entre *SegTs*, inclusive entre *SegTs mínimos*; (ii) o *intratópico*, isto é, o encadeamento de (grupos de) enunciados dentro de *SegTs mínimos*.

Circunscritos a esse segundo nível, na próxima seção procuramos mostrar que cartas de leitor atuais de jornais paulistas seguiriam uma regra geral de organização intratópica.

### **Análise de dados**

As cartas de leitor aqui analisadas foram extraídas dos jornais “O Estado de S. Paulo” e “Folha de S. Paulo”. Foram levantadas as cartas publicadas na primeira quinzena de junho de 2015, o que resultou no total de 250 textos. Analisando esse material, apuramos que 60% dos exemplares (150/250 cartas) seguem um mesmo padrão de organização interna de *SegTs mínimos*. Considerando tratar-se de uma regularidade percentualmente significativa, assumimos esse padrão como uma regra geral de organização intratópica no material analisado.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> As cartas do padrão identificado também exibem o traço da unicidade tópica, isto é, cada carta contém um único tópico, expresso num único *SegT mínimo*. Desse modo, a análise de cada instância de organização intratópica coincide com a análise de uma carta inteira. Assim, por simplificação redacional, ao analisarmos cada exemplo, falamos em termos de organização da própria carta inteira, embora a unidade em foco seja o *SegT mínimo*.



De acordo com essa regra, as cartas podem conter até cinco unidades intratópicas, que rotulamos de *Introdução*, *Posição*, *Suporte*, *Interpelação* e *Desfecho*, as quais se organizam nessa ordem sequencial. As duas primeiras são necessárias, podendo fundir-se numa mesma unidade, e as outras são opcionais. Cada uma dessas unidades caracteriza-se por cumprir uma função no desenvolvimento do tópico da carta. A *Introdução* instaura o tópico, a *Posição* expressa uma opinião do escrevente sobre o tópico, o *Suporte* apresenta argumentos para a opinião expressa, na *Interpelação* o escrevente dirige a um destinatário um pedido acerca do tópico e o *Desfecho* veicula uma generalização opinativa sobre o tópico.<sup>4</sup>

Observem-se inicialmente as unidades de *Introdução* e *Posição*, nas cartas abaixo:

- (2) [[INTRODUÇÃO]]<sup>5</sup> Thiago Silva diz que “vestindo essa camisa [da seleção] a gente representa a CBF” (“Em defesa de Del Nero, Cafu critica Ronaldo”, “Esporte”, 6/6). 1  
2
- [[POSIÇÃO]] Ele esquece que o futebol está em primeiríssimo lugar, no coração do povo, não dentro das cartolas dos velhacos que tiram proveito dessa bela arte esportiva. 3  
4  
Folha de S. Paulo, 07/06/2015.
- (3) [[INTRODUÇÃO]] De acordo com o presidente do Secovi-SP, a inadimplência no programa Minha Casa Minha Vida na faixa de menor renda já era esperada (“Cresce calote no Minha Casa Minha Vida”, “Folhainvest”, 1º/6). 1  
2  
3
- [[POSIÇÃO]] Entretanto é curioso um cidadão que adquire um imóvel não conseguir pagar prestações de R\$25 a R\$80. 4  
5
- [[SUPORTE]] Como o governo não pode tomar a posse desses moradores, por ser único imóvel e contrariar o programa habitacional, torna-se cômodo dever para o governo, onerando os cofres públicos, e a consequência pode ser o aumento dos juros nas faixas superiores para bancar o rombo. 6  
7  
8  
9  
Folha de S. Paulo, 02/06/2015.
- (4) [[INTRODUÇÃO]] Fernando Henrique Cardoso assevera que o PT está pagando seus pecados. 1
- [[POSIÇÃO]] Todavia podemos acrescentar que, na verdade, é o povo quem está pagando os pecados do lulopetismo. 2  
3
- [[SUPORTE]] Porque está sendo oprimido com inflação, desemprego e ameaças a seus direitos trabalhistas. Na verdade, o povo foi chamado para tapar os ralos e buracos feitos pelos assaltantes do lulopetismo, bastando lembrar que metade do que foi surrupiado da Petrobrás daria para suportar todo o ajuste fiscal imposto por dona Dilma. 4  
5  
6  
7
- [[DESFECHO]] O difícil é pagar pecado sem nada dever!<sup>6</sup> 8  
O Estado de S. Paulo, 01/06/2015.

---

<sup>4</sup> A regra aqui identificada contém semelhanças (e diferenças) em relação à observada em cartas de leitor paulistas oitocentistas descritas em Guerra e Penhavel (2010) e Guerra (2019). No presente trabalho, porém, não chegamos a sintetizar essas outras análises, nem a compará-las com nossa descrição. Optamos por descrever a regra conforme observada nas cartas atuais, deixando a análise comparativa especificamente para trabalho posterior.

<sup>5</sup> Em todos os exemplos, anotamos, entre colchetes duplos, o nome de cada unidade intratópica em seu início.

<sup>6</sup> Convém explicitar que as opiniões políticas expressas nas cartas não necessariamente coincidem com as nossas.

Como mencionado, a Introdução instaura o tópico da carta. Especificamente, essa unidade relata uma opinião de outrem, veiculada no jornal, sobre um dado tema – tal unidade pode conter, ou não, referência explícita à matéria que veicula a opinião relatada. O tema objeto da opinião de outrem e, junto com ele, essa opinião tornam-se o tópico da carta. Na Posição, o escrevente formula sua própria opinião sobre esse tópico.

Observe-se a carta em (2), atentando-se inicialmente para seu tópico. Sendo o tópico de um texto o tema comum em foco ao longo de todo o texto, entendemos que o tópico dessa carta pode ser sintetizado como *O compromisso primordial do futebol e a opinião de Thiago Silva a respeito*. Veja-se que a carta é composta por dois enunciados que podem ser interpretados como girando em torno desse tópico. O primeiro expressa a postura do jogador Thiago Silva sobre o futebol, a qual parece ser entendida pelo escrevente como uma abordagem mais comercial/profissional, entendimento que seria depreendido da opinião específica do atleta de que a seleção representaria a CBF (Confederação Brasileira de Futebol). O segundo enunciado já expressa a opinião do próprio escrevente, para quem o futebol, diferentemente do que consideraria Thiago Silva, teria compromisso primordial, na verdade, com o povo.

Assumido como sendo esse o tópico da carta (*O compromisso primordial do futebol e a opinião de Thiago Silva a respeito*), o texto, de fato, ilustraria o esquema pelo qual estamos caracterizando Introdução e Posição. Nas linhas 1-2, analisadas como Introdução, o escrevente apresenta a opinião de outrem (Thiago Silva), veiculada no jornal, sobre um dado tema (o compromisso primordial do futebol) – nesse caso, é feita referência à matéria que veicula a opinião (entre parênteses). Nas linhas 3-4, compondo a Posição, o escrevente acrescenta sua própria opinião (o futebol estaria em primeiro lugar no coração do povo), contrapondo-a à de Thiago Silva (comparação reconhecível pela construção “Ele esquece que”, pela estrutura corretiva “o futebol está em *x*, não em *y*” e pela ênfase contrastiva “em primeiríssimo lugar”).

O mesmo esquema ocorreria em (3). Nas linhas 1-3, o escrevente relata a opinião de outrem, veiculada no jornal, sobre determinado tema: o presidente do Secovi-SP (outrem) teria avaliado como esperada (opinião) a inadimplência no programa Minha Casa Minha Vida na faixa de menor renda (tema) – também nesse caso, há referência à matéria do jornal que veicula a opinião. O restante da carta aborda o tema e a opinião introduzidos, tomando-os conjuntamente como tópico do texto. Nas linhas 4-5 em particular, o escrevente fornece sua própria opinião sobre o tema levantado, em contraponto à opinião anterior: para ele, a referida inadimplência seria curiosa, em vez de esperada, contraste explicitado pelo marcador *entretanto*. Assim, as linhas 1-3 funcionariam como Introdução e as linhas 4-5, como Posição.



Em (4), também se pode reconhecer organização similar. Na linha 1, o escrevente relata que Fernando Henrique Cardoso teria avaliado que o PT estaria pagando seus pecados (a nosso ver, o escrevente relaciona a avaliação do ex-presidente a um tema que pode ser entendido como *as vítimas dos erros do PT/lulopetismo*) – nesse caso, não há referência a matéria do jornal que veicule a opinião, mas é possível atestar que se trata de opinião publicada, tendo em vista a matéria “Governo paga seus pecados”, publicada no jornal em 24/05/2015. Nas linhas 2-3, o escrevente opina também sobre o tema reconhecido na fala do ex-governante, avaliando que o *povo* estaria arcando com os erros do PT/lulopetismo, e formula essa opinião em comparação com a do ex-presidente, relação construída pelos marcadores “todavia” e “na verdade”, pelo verbo “acrescentar” e pela estrutura clivada “é o povo quem”<sup>7</sup>.

Muito comumente, as funções de introduzir o tópico e de expressar a opinião do escrevente são realizadas, de forma integrada, por um mesmo conjunto de enunciados – muitas vezes, por um único enunciado. Nesses casos, consideramos que ocorre uma fusão entre Introdução e Posição numa única unidade intratópica inicial, à qual nos referimos como *unidade de Introdução/Posição*. As cartas em (5) e (6) exemplificam o procedimento:

- (5) [[INTRODUÇÃO/POSIÇÃO]] De pleno acordo com Gregório Duvalier: a recente reforma ortográfica é a coisa mais inútil e despropositada que já vi (“Que ódio”, “Ilustrada”, 1º/6). 1 2
- [[SUPORTE]] Veja-se o caso da palavra “geléia” sem o acento agudo. Como nos mostram os grandes escritores, quando bem empregadas, palavras possuem gosto, cheiro, forma e transmitem a “idéia” (ops!, sem acento também) exata que se quer transmitir. 3 4 5
- Folha de S. Paulo, 02/06/2015.
- (6) [[INTRODUÇÃO/POSIÇÃO]] A excelente definição por Clóvis Rossi da “faceta autoritária” do governo turco (“Turquia, a nostalgia do sultão”, “Mundo”, 7/6) não nos surpreende. 1 2
- [[SUPORTE]] Ao voltarmos ao ano de 2007, relembramos a indiferença do governo turco no episódio do atentado ao jornalista de origem armênia Hrant Dink, que se deu em virtude de sua opinião contrária à do governo e favorável ao reconhecimento do genocídio armênio de 1915 e que, neste ano, é rememorado pelo seu centenário. 3 4 5 6
- Folha de S. Paulo, 09/06/2015.

---

<sup>7</sup> Estamos interpretando que o tópico das cartas em análise é sempre uma integração entre o tema da opinião de outrem e essa opinião: o escrevente opinaria sobre o tema e, ao fazê-lo, confrontaria sua opinião com a da outra pessoa, de modo a corroborar, refutar, corrigir etc. a outra opinião. Uma interpretação alternativa que também parece pertinente seria considerar que o tópico da carta seja o tema em si abordado pela outra pessoa (sendo a opinião relatada apenas um fato extra, acrescentado ao tópico) ou mesmo entender que o tópico da carta seja, na verdade, a própria opinião da outra pessoa. De todo modo, o fato mais relevante aqui é que qualquer dessas interpretações resulta igualmente no reconhecimento da unidade de Introdução como elemento da organização tópica da carta, na identificação da mesma parte do texto como sendo essa unidade e, sobretudo, na manutenção de sua caracterização mediante a função de introduzir o tópico.

Em (5), o enunciado nas linhas 1-2 contém uma avaliação sobre o tema da então recente reforma ortográfica (que seria inútil e despropositada). A opinião é precedida pela construção “De pleno acordo com Gregório Duvivier” (e pelo sinal de dois pontos), o que nos permite interpretar que se trata, ao mesmo tempo, da opinião de Duvivier (outrem) e do próprio escrevente (a atribuição da avaliação a Duvivier é também indicada por referência a matéria sua no jornal). Ou seja, num mesmo enunciado, o escrevente relata a opinião de outrem sobre um tema e integra a esse relato a expressão da sua própria opinião sobre esse tema. Similarmente, em (6), nas linhas 1-2, pela descrição definida “a [...] definição por Clóvis Rossi da ‘faceta autoritária’ do governo turco” e pela referência entre parênteses, o escrevente relata que, em publicação do periódico, o referido jornalista teria abordado o governo turco e o avaliado como tendo uma face autoritária. No mesmo enunciado, pelo adjetivo “excelente” e pela predicação “não nos surpreende”, o escrevente posiciona-se sobre o mesmo tema e sobre a posição do jornalista, concordando com este. Assim, em ambas as cartas, as respectivas linhas 1-2 fazem o que estamos aqui tratando como uma fusão entre Introdução e Posição.

Considere-se agora a unidade de Suporte, caracterizada pela função de apresentar argumentos que sustentem a opinião do escrevente. Essa unidade, quando ocorre na carta, situa-se, pela regra em pauta, depois da Posição (ou da fusão Introdução/Posição). Aqui, para diferenciar as funções de expressão da opinião do escrevente e de apresentação de argumentos que a sustentem e, assim, distinguir as unidades de Posição (ou Introdução/Posição) e Suporte, baseamo-nos nas noções correspondentes de *posição* e *suporte* postuladas em Schiffrin (1987).

A autora propõe esses conceitos no âmbito da Análise do Discurso Americana, que, embora não seja o mesmo quadro teórico-metodológico aqui adotado, a GTI, é uma abordagem fundada em princípios essencialmente compatíveis com esse quadro.<sup>8</sup> A autora considera o que trata como *modalidade argumentativa* e *modalidade narrativa* como duas principais formas de estruturação do discurso e assume as categorias de *posição* e *suporte* como unidades textuais básicas, informacionalmente diferenciadas, que se combinam para a construção do texto argumentativo (o discurso narrativo seria estruturado mediante as unidades de *figura* e *fundo*).

A *posição* é entendida pela autora como a principal parte da estrutura argumentativa e é definida como uma afirmação geral com cuja verdade o falante se compromete. Assim, compreende uma ideia – uma informação descritiva sobre situações, estados, eventos ou ações

---

<sup>8</sup> Conforme sistematiza Jubran (2006a), a GTI assenta-se sobre uma integração de princípios teórico-metodológicos das áreas de Linguística Textual, Análise da Conversação e Pragmática. Trata-se, pois, justamente de áreas também articuladas no contexto da Análise do Discurso Americana, o que constitui um dos fatores importantes de convergência entre os dois quadros aqui aproximados. Para uma discussão detalhada que pode contribuir para evidenciar a compatibilidade entre esses quadros, ver Penhavel (2010).

no mundo – e o cometimento do falante com essa ideia. A expressão mais simples de cometimento se dá pela realização, em si, de um ato de fala assertivo, podendo o falante, ainda, explicitar seu cometimento<sup>9</sup>. Complementa a autora que as *posições* expressam crenças pessoais sobre o modo como mundo é ou deveria ser<sup>10</sup>.

A unidade de *suporte*, então, concebida como subordinada à *posição*, é definida como qualquer informação – do domínio da evidência empírica ou do raciocínio lógico – que justifica a verdade da *posição*. Trata-se, segundo a autora, de providenciar informação pela qual o falante tenta induzir o ouvinte a concluir pela credibilidade da *posição*. Para ela, embora uma fonte principal de *insight* sobre a relação semântica entre posição e suporte seja a análise lógica, que remeteria a essas unidades em termos de *conclusão* e *premissa*, tanto o conteúdo do *suporte*, quanto a relação inferencial entre *suporte* e *posição* são amplamente variáveis, havendo uma ampla gama de circunstâncias que podem funcionar como *suporte*. Assim, em sua conceituação de *suporte*, a palavra *informação* é empregada em sentido bastante abrangente, compreendendo experiências pessoais, testemunhos de outros, analogias, apelos a autoridade, provas silogísticas etc. – lista à qual podem ser acrescentados, a nosso ver, fatos específicos do mundo reconhecidos pelo falante, caso comum de Suporte nas cartas aqui analisadas.

As duas últimas cartas acima abordadas ilustram a unidade de Suporte, bem como sua efetivação conforme a definição que estamos adotando. Segundo nossa análise, em (6), nas linhas 3-6, o escrevente relata um fato específico do mundo (a que se refere como “a indiferença do governo turco no episódio do atentado ao jornalista de origem armênia Hrant Dink, que se deu em virtude de sua opinião contrária à do governo e favorável ao reconhecimento do genocídio armênio de 1915”), o qual estaria tomando como forma de justificar a afirmação com cuja verdade se compromete nas linhas 1-2 (a opinião de que o governo turco teria uma “faceta autoritária”). Ou seja, o escrevente remete a uma postura particular do governo, entendida como autoritária, para justificar a avaliação mais geral da existência de uma face autoritária do governo. Assim, o escrevente realizaria, de fato, o previsto na definição: fornecer informação de modo a induzir o ouvinte a concluir pela credibilidade de sua opinião. Esse esquema caracterizaria as linhas 3-6 como Suporte (corroborando também o estatuto de Posição – no

---

<sup>9</sup> Os assertivos são atos de fala caracterizados justamente pelo propósito comunicativo de comprometimento do falante com a verdade de uma proposição; a esse respeito, cf. Searle (2002). A explicitação de cometimento a que Schiffrin (1987) remete é o que seria realizado, a nosso ver, por meio, por exemplo, de construções modalizadoras deonticas e epistêmicas.

<sup>10</sup> Embora estejamos recorrendo à definição de *posição* de Schiffrin (1987) sobretudo para tratarmos da distinção entre Posição e Suporte, tal conceituação contribui também para entendimento geral da unidade de Posição aqui distinguida. Nossa caracterização dessa unidade como aquela em que o escrevente expressa sua opinião sobre o tópico da carta converge com o que postula a autora, ao definir a unidade como uma afirmação geral com cuja verdade o falante se compromete.

caso, Introdução/Posição – das linhas 1-2). Da mesma forma, em (5), as linhas 3-5 funcionariam como Suporte por apresentarem o fato particular da alteração da palavra “geléia”, que, sem acento agudo, perderia, na visão do escrevente, seus efeitos de sentido, justificando sua opinião, das linhas 1-2, de que o referido acordo ortográfico seria inútil e despropositado.

Também as cartas em (3) e (4), mais acima discutidas, conteriam a unidade de Suporte. Em (3), nas linhas 4-5, o escrevente formularia uma Posição, ao afirmar que a inadimplência no programa Minha Casa Minha Vida seria *curiosa* (no sentido de suspeita, intencional). Nas linhas seguintes 6-9, construindo um Suporte, o escrevente justificaria essa opinião, com base, nos termos de Schiffrin (1987), em raciocínio lógico: o governo não poderia tomar a posse dos imóveis dos inadimplentes, o que tornaria cômodo dever para o governo; logo, a inadimplência. Em (4), nas linhas 2-3, o escrevente avalia que, diferentemente do asseverado por Fernando Henrique Cardoso, o povo estaria “pagando os pecados do lulopetismo”. Nas linhas 5-8, lista situações que o povo estaria enfrentando e que justificariam sua opinião: “inflação”, “desemprego”, “ameaças a direitos trabalhistas” e “ajuste fiscal”. No caso, a relação de justificativa entre os dois trechos seria, inclusive, explicitada pelo marcador *porque*. Assim, o primeiro desses trechos seria Posição, e o segundo, Suporte.

Pela regra de organização intratópica em discussão, outra unidade que estamos reconhecendo nas cartas é a que chamamos de *Interpeção*. Os exemplares abaixo a ilustram:

- (7) [[INTRODUÇÃO]] O leitor Fulano (Painel do Leitor, 2/6) reclama de a presidente ter aparecido 1  
andando de bicicleta, pois a segurança no Rio está “ridícula”. 2
- [[POSIÇÃO]] Fulano, ela estava em Brasília, tem o direito de andar de bicicleta ou a pé como 3  
qualquer um de nós. 4
- [[SUPORTE]] Ela não é a responsável direta pela segurança no Rio. 5
- [[INTERPELAÇÃO]] Critique o que deve ser criticado, o cardápio está cheio de possibilidades, 6  
mas deixe a mulher andar de bicicleta em paz. 7
- Folha de S. Paulo, 03/06/2015.
- (8) [[INTRODUÇÃO/POSIÇÃO]] O deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) está certíssimo ao 1  
afirmar que o problema da diminuição da maioria penal é da sociedade, e não do governo. 2
- [[SUPORTE]] É dever do governo – e dos legisladores – governar de acordo com a vontade 3  
popular. E 90% da sociedade está pedindo essa mudança agora. Porém um governo com 10% 4  
de aprovação quer impedi-la. 5
- [[INTERPELAÇÃO]] Srs. deputados, não protelem mais essa importante decisão. Votem 6  
corajosamente. 7
- [[DESFECHEO]] O povo vai agradecer. 8
- O Estado de S. Paulo, 12/06/2015.

A Interpelação, conforme a estamos concebendo, caracteriza-se pela função de expressar uma reivindicação do escrevente acerca do tópico da carta. Via de regra, essa unidade, quando ocorre, situa-se depois do Suporte, se há essa unidade; quando não há Suporte, situa-se diretamente depois da Posição (ou da fusão Introdução/Posição). Enquanto a Posição expressa uma opinião do escrevente, e o Suporte está envolvido em justificar essa opinião, a Interpelação, já assumindo essa opinião como válida, reivindica, como desdobramento dessa assunção, uma dada ação. Nesse sentido, particulariza-se pelo emprego de atos de fala diretivos que expressam comandos, especificamente pela construção diretiva que emprega verbo no imperativo<sup>11</sup>.

Em (7), nas linhas 1-2 (Introdução), o escrevente relata que outrem, no caso, determinado leitor, em carta publicada no jornal, teria se posicionado contrariamente ao direito da então presidenta do país de aparecer andando de bicicleta, tendo em vista problemas de segurança no Rio de Janeiro. Nas linhas 3-4 (Posição), opondo-se a essa visão, expressa sua opinião de que a presidenta teria, sim, direito a tal atividade. Na linha 5 (Suporte), o escrevente oferece uma informação – a presidenta não seria a responsável direta pela segurança no Rio –, a qual estaria sendo usada para justificar a opinião assumida. Finalmente, nas linhas 6-7 (Interpelação), tomando como justificada sua opinião, reivindica que o leitor a quem se dirige adote determinada atitude: criticar outras questões. A nosso ver, os enunciados nas linhas 6-7 deixam de ser construídos na forma de fornecimento de informação, diferindo do anterior (elaborado, no caso, como ato assertivo), e passam a propor uma ação (no caso, mediante ato diretivo, com verbo no imperativo). Em (8), após assumir e justificar, nas unidades de Introdução/Posição e Suporte, que a questão da diminuição da maioria penal seja decidida conforme a vontade da sociedade, a qual desejaria a aprovação da proposta, o escrevente reivindica que os deputados votem pela aprovação da matéria.

A Interpelação implementada por atos diretivos com verbos no imperativo pode ser considerada como uma Interpelação *direta* (ou *prototípica*). Essa unidade, porém, como a estamos propondo, pode ser realizada também de forma *indireta*, opção, aliás, mais comum do que a primeira, em nosso material. Nesse caso, a reivindicação do escrevente – formulada talvez mais na esfera da sugestão, da proposta, do que propriamente da reivindicação – é instaurada principalmente por diretivos indiretos, como na carta em (1), retomada em (9), em que o referido cancelamento do decreto seria reivindicado/sugerido pela apresentação de uma razão

---

<sup>11</sup> Atos de fala diretivos são atos com o propósito comunicativo de levar o ouvinte a realizar uma ação – cf. Searle (2002). Incluem tanto atos que representam interrogações (perguntar, interrogar, indagar etc.) quanto aqueles que expressam comandos (ordenar, pedir, solicitar etc.).

para essa medida (o fato de o cancelamento ser recomendável)<sup>12</sup>:

- (9) [[INTRODUÇÃO/POSIÇÃO]] Oportuno o texto de Gregório Duvivier (“Que ódio”, 1  
“Ilustrada”, 1º/6). A reforma ortográfica é uma violência lesa-idioma, pois fere a 2  
essência de se escrever o que se fala e vice-versa. 3
- [[SUPORTE]] O trema não é acento, mas apoio fundamental para a pronúncia da letra 4  
“u” em situações de “que”, “qui”, “gue” e “gui”. 5
- [[INTERPELAÇÃO]] É recomendável o cancelamento do decreto. 6
- [[DESFECHO]] O idioma agradece. 7
- Folha de S. Paulo, 03/06/2015.

Finalmente, resta-nos tratar da última unidade que pode aparecer nas cartas, o Desfecho, o qual pode ser visto em algumas cartas acima, bem como nas seguintes:

- (10) [[INTRODUÇÃO/POSIÇÃO]] Concordo com Bernardo Mello Franco (“Triste fim da reeleição”, 1  
“Opinião”, 31/5). Sou simpático ao instrumento da reeleição, que permite uma espécie de 2  
referendo a cada quatro anos para saber se o governante foi bem ou não. 3
- [[SUPORTE]] O uso da máquina administrativa ocorre com ou sem a reeleição, e é paradoxal 4  
a forma como os deputados votaram, apesar de ainda caber outras votações que não 5  
esconderão surpresas. 6
- [[DESFECHO]] A grande dúvida é saber se os parlamentarem [[sic]] votaram porque estavam 7  
em xeque ou em cheque. 8
- Folha de S. Paulo, 01/06/2015 (anotação nossa sobre ortografia).
- (11) [[INTRODUÇÃO/POSIÇÃO]] Discordo da opinião do Demétrio Magnoli sobre as vaias em 1  
lugares públicos para os petistas que tão mal administram o país serem classificadas como 2  
falta de educação (“Edinho, amor e ódio”, “Poder”, 6/6). 3
- [[SUPORTE]] Não há agressões nem palavrões, apenas democráticas vaias para expressar 4  
inconformismo e, por ora, incapacidade de reverter a situação. 5
- [[DESFECHO]] Fica a dúvida se, nesse sentido, invertendo-se as vaias para aplausos e elogios, 6  
seria o caso de uma boa educação. 7
- Folha de S. Paulo, 07/06/2015.

---

<sup>12</sup> Atos diretivos indiretos, que têm como exemplos clássicos sentenças interrogativas como *Você pode alcançar o sal?* proferidas, na verdade, como pedidos, assumem tal estatuto sempre com forte dependência do contexto. De todo modo, Searle (2002) identifica cinco principais tipos de sentenças convencionalmente usadas como diretivos indiretos: sentenças relativas à habilidade do ouvinte para realizar uma ação (*Você pode alcançar o sal?*); sentenças relativas ao desejo do falante de que o ouvinte faça uma ação (*Eu gostaria que você me passasse o sal.*); sentenças relativas à realização de uma ação pelo ouvinte (*Agora o Pedro vai me passar o sal.*); sentenças relativas ao desejo ou disposição do ouvinte de realizar uma ação (*Quer passar-me o sal?*); sentenças relativas às razões para se fazer uma ação (*Estou precisando do sal.*).



- (12) [[INTRODUÇÃO]] A Chácara Santa Luzia é retratada como sendo um quintal – miserável – 1  
do Planalto, a área mais rica do país (“Favela cresce a 17 Km do Palácio do Planalto”, 2  
“Cotidiano”, 1º/6). 3
- [[POSIÇÃO]] Na realidade, todas as cidades-satélites, que circundam a Ilha da Fantasia, são 4  
também quintais do Planalto, pois abrigam os empregados que servem às elites, os moradores 5  
de Brasília. 6
- [[DESFECHO]] Se os quintais próximos estão assim, imagine mais distantes. 7  
Folha de S. Paulo, 02/06/2015.

O Desfecho caracteriza-se por acrescentar ao texto um enunciado avaliativo/reflexivo final. Pela regra em pauta: (i) quando há Interpelação, o Desfecho ocorre após essa unidade; (ii) quando não há Interpelação e há Suporte, ocorre após o Suporte; (iii) não havendo Interpelação nem Suporte, ocorre diretamente depois da Posição (ou da fusão Introdução/Posição).

Nesses dois últimos casos (ou seja, quando ocorre após o Suporte ou após a Posição), o procedimento mais comum é aquele em que o Desfecho, assumindo como válida a Posição, formula um questionamento (muitas vezes em tom irônico, provocativo) sobre uma temática que é relacionada ao tópico da carta, mas que, de alguma forma, é ampliada. Em outras palavras, tomando sua avaliação sobre o tópico como um assunto resolvido, o escrevente formula, no Desfecho, uma reflexão tematicamente estendida em relação ao tópico e a deixa “em aberto” – e essa estratégia de lançar uma reflexão a ser feita pelo leitor da carta contribuiria para atribuir ao texto um efeito específico de finalização, dada uma certa associação tradicionalmente convencionalizada desse recurso linguístico com o processo de fechamento textual.

Em (10), entendemos que o tópico possa ser interpretado como *A questão da reeleição e a opinião de Bernardo Mello Franco a respeito*. Nas linhas 1-3, o escrevente relata a opinião, favorável, do jornalista sobre o instrumento da reeleição e expressa sua própria opinião sobre a questão, concordando com o apoio a esse processo político. Nas linhas 4-6, a carta mantém esse tópico. O escrevente procuraria justificar seu apoio à reeleição, argumentando que o fim desse sistema não evitaria desvios de conduta política (o uso da máquina administrativa ocorreria com ou sem o mecanismo de reeleição) e que a postura contrária à reeleição, por parte dos deputados, seria equivocada (seria paradoxal a forma pela qual os deputados teriam votado).<sup>13</sup> Ou seja, até então, a carta está centrada na questão de apoiar, ou não, a reeleição.

---

<sup>13</sup> Pelo próprio contexto da carta, entendemos ser possível interpretar que o escrevente pressupõe que os deputados teriam votado contrariamente à reeleição. Se o escrevente apoia a manutenção desse processo e critica o posicionamento dos deputados (pela avaliação “é paradoxal a forma com os deputados votaram”), parece-nos pertinente interpretar que o posicionamento dos deputados teria sido contrário à reeleição, isto é, contrário à opinião do próprio escrevente. E, de fato, recorrendo-se à própria matéria de Bernardo Mello Franco, como recurso analítico no caso específico dessa carta, confirma-se essa informação acerca do voto dos deputados.

Já nas linhas 7-8, haveria, digamos, uma *extensão* do tópico. O foco do texto passaria a incidir sobre as motivações dos votos dos parlamentares, e a esse respeito o escrevente elabora um questionamento (“estavam em xeque ou em cheque”), deixando a questão “em aberto”. É verdade que a questão do voto dos parlamentares já aparece no Suporte (“é paradoxal a forma como os deputados votaram”). Porém, no Suporte, a referência a essa questão teria estatuto subsidiário, sendo mobilizada a serviço de justificar o que está em foco no momento – a opinião do escrevente sobre a reeleição e sobre a opinião do outro –, enquanto, nas linhas 7-8, a questão do voto dos parlamentares é o que passaria a estar em foco.

Ocorreria quase que a introdução de um novo tópico. Não chegaria, porém, a ser o caso de se falar em novo tópico, tendo em vista a relação de concernência ainda mantida entre os dois momentos de menção ao voto dos parlamentares e o fato de que a menção feita no Desfecho não chega a ser desenvolvida a ponto de instaurar uma nova centração tópica – e justamente esse não desenvolvimento contribuiria para o efeito do questionamento em aberto. A nosso ver, a análise mais plausível é, de fato, a de que ocorreria uma *extensão*, uma *ligeira ampliação* ainda do mesmo tópico, mediante o que se poderia considerar como um *deslocamento pontual* de foco (o Desfecho não seria um novo tópico, mas um apêndice do tópico da carta), com vistas à proposição de uma reflexão que o escrevente deixa para ser feita pelo leitor do texto.<sup>14</sup>

Esse mesmo processo de formulação do Desfecho por extensão tópica e proposição de questionamento/reflexão ao leitor da carta ocorreria também em (11) e (12). A carta em (11), em quase toda sua extensão (Introdução/Posição e Suporte), foca-se em discutir se, como consideraria Demétrio Magnoli, vaias públicas a políticos seriam falta de educação. Ao final (no Desfecho), o escrevente, deslocando a discussão para outro foco, um foco inverso, questiona se aplausos e elogios seriam boa educação. A propósito, o Desfecho é introduzido aí pela construção “fica a dúvida se”, que parece marcar uma fronteira entre a discussão anterior, que estaria resolvida, validada, sobre a qual não haveria dúvida, e a parte posterior, do questionamento proposto ao leitor da carta – é aliás interessante notar que também o Desfecho em (10) começa com construção semelhante (“a grande dúvida é”). Similarmente em (12), após focar, na Introdução e na Posição, a situação de cidades que circundam Brasília, o escrevente formularia o Desfecho, lançando um questionamento acerca de cidades mais distantes.

Finalmente, quando ocorre após a Interpelação, o Desfecho é formado por um breve enunciado que, na mesma linha argumentativa do restante da carta, contribui para justificar a reivindicação/sugestão feita na Interpelação; além disso, esse enunciado contém traço

---

<sup>14</sup> Consideramos a ideia de *extensão* ou *ampliação* do tópico tendo em vista que o tópico constitui um tema e que abrange um campo temático, o qual pode ir sendo remodelado, no caso ampliado, no decorrer do texto.

linguístico que confere à carta o efeito de finalização textual.

É o que se verifica nas cartas em (8) e (9) acima, que conteriam, como Desfecho, os enunciados “O povo vai agradecer” e “O idioma agradece”, respectivamente. Em (8), nas unidades de Introdução/Posição e Suporte, o escrevente defende que a questão da diminuição da maioria penal seja decidida em função da vontade da sociedade, a qual, segundo ele, desejaria a aprovação da proposta. Na Interpelação, é feita a reivindicação de que os deputados votem nessa direção. O enunciado de Desfecho, então, ao aludir à satisfação do povo perante o atendimento da solicitação dirigida aos deputados, ratificaria a argumentação empreendida na carta. Ao mesmo tempo, tal enunciado, ao fazer uso do verbo “agradecer”, contribuiria para conferir ao texto o efeito de fechamento, tendo-se em vista, também aqui, a associação comum (embora não necessária) da prática social de agradecimento à finalização de textos. Em (9), o Desfecho “O idioma agradece” teria efeito similar, já que a carta argumenta que a reforma ortográfica seria uma violência lesão-idioma e sugere o cancelamento do decreto.

Em síntese, nesta seção, procuramos demonstrar a existência de uma regra geral de organização intratópica nas cartas de leitor em análise, explicamos as unidades envolvidas e como elas se combinam. Para completar o trabalho, relatamos agora, brevemente, dados quantitativos acerca da efetivação da regra no material analisado, sobretudo com o propósito de disponibilizar dados que, juntamente com a própria descrição da regra, possam ser comparados, em outros trabalhos, a dados de cartas de outras sincronias.

Como mencionado, no padrão identificado em nosso material, reconhecido em 150 cartas do corpus, todas exibem as unidades de Introdução e Posição (separadas ou condensadas). Já as unidades opcionais de Suporte, Interpelação e Desfecho ocorrem, em relação aos 150 textos, conforme as seguintes frequências, respectivamente: 55%, 7%, 47%.

A interpretação desses dados e sua comparação com dados de outras sincronias não integram os objetivos deste trabalho, que, como definido acima, procura, na verdade, dentre outros propósitos, fornecer dados justamente para que esse tipo de análise possa ser efetivado posteriormente. De todo modo, cabe destacar uma observação que pode vir a ser explorada em discussão futura: a baixa frequência da unidade de Interpelação.

Trata-se de baixa frequência em comparação com as outras unidades e também com uma unidade aparentemente correspondente, de mesmo nome, identificada em cartas de leitor paulistas do século XIX, conforme Guerra e Penhavel (2010) e Guerra (2019), que relatam a ocorrência de tal unidade em frequência superior a 50%. Dada essa diferença percentual, e tendo em vista a imprescindibilidade da unidade de Posição nas cartas atuais, parece pertinente cogitar que, no percurso histórico das cartas, perderia peso uma finalidade de fazer reivindicações e

ganharia importância um propósito de expressar opinião. A nosso ver, trata-se de uma hipótese plausível, para cuja verificação os dados aqui fornecidos podem contribuir.

### **Considerações finais**

Neste trabalho, analisamos o processo de organização intratópica em um conjunto de cartas de leitor publicadas em jornais paulistas no século XXI. Procuramos demonstrar que a organização intratópica dessas cartas segue uma regra geral, que prevê o encadeamento potencial das unidades de Introdução, Posição, Suporte, Interpelação e Desfecho, as quais se caracterizam em termos das funções que exercem no desenvolvimento do tópico da carta. Acreditamos que o trabalho possa contribuir para as reflexões sobre a hipótese da sistematicidade do processo de organização intratópica, oferecendo, no caso, indício em favor da corroboração dessa hipótese. Igualmente esperamos que o artigo possa também colaborar com os estudos sobre a história do português, ao disponibilizar uma descrição passível de comparação futura com dados de outras sincronias.

Os resultados aqui apresentados são naturalmente apenas uma parte do que se pode descrever sobre a organização intratópica das cartas, decorrente de uma primeira sistematização a que procedemos, acerca de características que nos pareceram mais gerais e principais. Nosso contato com as cartas aponta para uma série de questões relevantes a serem ainda descritas, projetando perspectivas de continuação deste trabalho e formas de ampliar e revisar as análises.

Nesse sentido, uma questão que pode ser pensada diz respeito ao grau de delimitação e predizibilidade da regra geral de organização intratópica das cartas. O modo como sintetizamos a regra e descrevemos as unidades contempla um conjunto bastante uniforme de textos. Até por isso, em nosso material, o percentual de cartas que se encaixa na regra, aproximadamente 60%, embora não deixe de ser considerável, é menos expressivo do que na descrição de outros gêneros já estudados – por exemplo, na análise de editoriais paulistas atuais, Garcia (2018) identifica uma regra que chega a ser aplicável a 100% dos SegTs mínimos de seu material.

A esse respeito, convém relatar que os demais 40% de cartas não diretamente contempladas pela regra que identificamos incluem textos de várias estruturas intratópicas diferentes, mas muitas dessas estruturas diferem apenas ligeiramente do padrão que descrevemos. Por exemplo, várias cartas, em todos seus traços, alinham-se ao padrão, mas contêm alguma diferença na ordenação das unidades, como a ocorrência do Suporte antes da Posição, ou a presença da Interpelação no início do texto. Diversas cartas exibem uma unidade inicial que difere do que descrevemos como Introdução apenas em um ou outro aspecto: às vezes, a opinião de outrem relatada não é veiculada *no jornal* e sim em outro lugar, sendo, de

todo modo, uma opinião sobre *um tema abordado no jornal*; outras vezes, a parte inicial não relata propriamente uma opinião de outrem, mas um fato ocorrido na sociedade ou um episódio da vida pessoal do escrevente, novamente também relacionados a *um tema em pauta no jornal*.

Neste artigo, como uma primeira descrição das cartas, optamos por abordar a regra num formato mais restrito. Porém, consideramos crucial discutir os textos não diretamente previstos pela regra, análise certamente significativa para compreensão das cartas. Tal descrição pode seguir diferentes caminhos, dentre os quais a proposição de uma configuração mais geral da regra, capaz de captar uma diversidade maior de estruturas intratópicas.

Outra questão relevante refere-se ao correlato formal das unidades intratópicas identificadas. Conforme explicado, focalizamos no artigo a caracterização das unidades intratópicas mediante suas funções. A cada exemplo analisado, procuramos mostrar os procedimentos linguísticos específicos que ali realizavam as funções das unidades. Porém, não chegamos a elaborar essa descrição mais detalhadamente nem a depreender generalizações sobre recursos formais associados às funções. Aí certamente reside um espaço produtivo para continuação da análise intratópica das cartas.

Algumas hipóteses nos parecem profícuas sobre a questão. Uma delas seria pensar a distinção entre unidades em termos do uso de diferentes *tipos* ou *sequências textuais* (cf. ADAM, 2008), o que possivelmente apontaria para correlações entre o *tipo expositivo* e a unidade de Introdução, entre *argumentação* e Posição e Suporte e entre *injunção* e a unidade de Interpelação. Também a distinção entre unidades em termos de diferenças de tipos de atos de fala, como apontamos no artigo, pode ser significativa. Ainda se mostra promissora a diferenciação particular entre Posição e Suporte mediante oposição, respectivamente, entre estratégias de referenciação tematicamente geral *versus* específica.

Enfim, como se pode notar, a organização intratópica de cartas de leitor propicia uma diversidade de caminhos de estudo. Nossa expectativa principal é que o presente trabalho possa contribuir para evidenciar o potencial desse tema de pesquisa.

## Referências

ADAM, J. M. **A Linguística Textual**: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.

ALMEIDA, M. M. S. **Projeto de História do Português Paulista**. Relatório Final de Pesquisa apresentado à FAPESP. USP, São Paulo, 2017.

CASTILHO, A. T. (Org.). **Para a história do português brasileiro**. v. I. Primeiras idéias. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 1998.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: Grupo Folha, ano 95. Disponível em <https://acervo.folha.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2015.

GARCIA, A. G. **Estudo do processo de organização tópica em editoriais de jornais paulistas do século XXI**. 2018. 277 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, José do Rio Preto, 2018.

GUERRA, A. R. Unidades linguístico-textuais e finalidades sociocomunicativas em cartas de leitores de jornais paulistas do século XIX. **Revista Veredas**, v. 2, n. 23, p. 106-125, 2019.

GUERRA, A. R.; PENHAVEL, E. O processo de estruturação interna de segmentos tópicos mínimos em cartas de leitores de jornais paulistas do século XIX. **Revista Confluência**, v. 37-38, p. 137-161, 2010.

JUBRAN, C. C. A. S. A Perspectiva Textual-Interativa. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. v. I. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006a. p. 27-36.

JUBRAN, C. C. A. S. Tópico Discursivo. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. v. I. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006b, p. 89-132.

JUBRAN, C. C. A. S. Uma gramática textual de orientação interacional. In: CASTILHO, A. T.; MORAIS, M. A. T.; LOPES, R. E. V.; CYRINO, S. M. (Orgs.). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Campinas; São Paulo: Pontes; FAPESP, 2007. p. 313-327.

JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. v. I: Construção do texto falado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 136. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 20 jun. 2015.

PENHAVEL, E. **Marcadores Discursivos e Articulação Tópica**. 2010. 168 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PINHEIRO, C. L. **Estratégias textuais-interativas: a organização tópica**. Maceió: Edufal, 2005.

SEARLE, J. **Expressão e Significado**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1979].

SCHIFFRIN, D. **Discourse markers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.



### **Sobre os autores**

*Eduardo Penhavel* (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0003-0718-1142>)

Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); licenciado em Letras – Português/Francês pela UNESP. É professor do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UNESP, câmpus de São José do Rio Preto.

*Gabriela Andrade de Oliveira* (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0003-0188-623X>)

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual Paulista (UNESP); mestra em Estudos Linguísticos pela UNESP; bacharela em Moda pelo Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP). É professora bolsista do curso de Licenciatura em Letras da UNESP e facilitadora EaD na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP).

Recebido em agosto de 2020.

Aprovado em novembro de 2020.